

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 38

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO PENAL

01. Assinale a opção **incorreta**:

- a) no conceito psicológico de culpabilidade, verifica-se uma separação do aspecto externo (injusto) com relação ao aspecto interno (culpabilidade) do delito;
- b) na concepção finalista de culpabilidade o dolo e a culpa são objetos de valoração enquanto a culpabilidade importa a valoração desses objetos;
- c) para a teoria funcionalista o livre arbítrio constitui-se em categoria central do conceito de culpabilidade;
- d) a idéia de reprovabilidade implicou na normatização do conceito de culpabilidade;
- e) para o conceito funcional de culpabilidade, a principal função do Direito Penal será a de manter a confiança geral na norma, contribuindo para a estabilização do ordenamento jurídico.

02. Considerando que o Código Penal adota a teoria da ação, é **incorreto** afirmar:

- a) o tempo do crime nos delitos omissivos será o último momento em que o agente poderia realizar a ação obrigada ou impedir o resultado;
- b) no crime continuado o tempo do crime será o término da prática de todos os delitos praticados;
- c) o tempo do crime no crime permanente será o tempo de sua duração;
- d) o tempo do crime no concurso de pessoas será o momento de cada uma das condutas individualmente consideradas;
- e) nos delitos habituais o tempo do crime será o momento da caracterização da habitualidade.

03. São institutos da Parte Especial do Código Penal, **exceto**:

- a) perdão do ofendido;
- b) tipos penais permissivos;

- c) perdão judicial;
- d) tipos de ilícito;
- e) escusas absolutórias.

04. Assinale a opção *incorreta*:

- a) o finalismo conceitua autor como sendo aquele que possui o domínio do fato;
- b) a participação de menor importância é causa especial obrigatória de redução de pena;
- c) a coação moral irresistível e o erro provocado por terceiro são casos expressos de autoria mediata;
- d) é possível a autoria mediata nos crimes culposos e de mão-própria;
- e) ao concurso de pessoas aplicam-se as regras contidas nos artigos 73 (erro na execução) e 74 (resultado diverso do pretendido), no Código Penal.

05. São causas de inexigibilidade de conduta diversa :

- a) coação moral irresistível, estado de necessidade justificante e obediência hierárquica;
- b) obediência hierárquica, estado de necessidade exculpante e desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
- c) coação moral irresistível, estrito cumprimento do dever legal e obediência hierárquica;
- d) estado de necessidade exculpante, estado de necessidade justificante e embriaguez acidental completa;
- e) obediência hierárquica, coação moral irresistível e estado de necessidade exculpante.

06. Com relação à prescrição da pretensão punitiva, é *incorreto* afirmar:

- a) em regra, produz efeitos relativos a todos os autores do crime;
- b) o prazo é contado em dias, incluindo-se em seu cômputo o dies a quo;
- c) verifica-se antes do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- d) é ela interrompida pelo recebimento da denúncia ou queixa, pela decisão confirmatória da pronúncia, pelo cumprimento da pena no estrangeiro e pela sentença condenatória recorrível;
- e) o indeferimento da licença para processar parlamentar é causa de sua suspensão.

07. Considere as seguintes proposições:

I - o comprador de um esperado carregamento de droga, cuja operação fora abortada pela Polícia, não se livra do crime de tráfico pela falta de tradição da "mercadoria", pois o delito já se consumara com a realização da avença, perfeita e acabada quando do consenso entre o preço e a coisa;

II - responde objetivamente pelo crime de tráfico de entorpecentes, na modalidade "ocultar", o universitário que reside em república estudantil onde apreendida considerável quantidade de maconha;

III - o cloreto de etila (lança-perfume) continua sendo, tal como, v.g., a cocaína, a heroína e a "cannabis sativa", substância proibida pela Lei n.º 6.368/76;

IV - o tráfico de entorpecentes, por ser crime de perigo abstrato, não exige efetivo dano, impedindo assim a consideração da bagatela pela quantidade traficada, que somente será relevante para a dosimetria da pena;

- a) apenas a proposição II está incorreta;

- b) apenas a proposição III está correta;
- c) somente as proposições II e IV estão incorretas;
- d) somente as proposições I e IV estão corretas;
- e) todas as proposições estão corretas.

08. Nos denominados "crimes de atividade" ou " crimes de mera conduta" pode-se afirmar que:

- a) o tipo encerra um desvalor do resultado;
- b) a ação humana esgota a descrição do tipo;
- c) a não-ocorrência do resultado causal da ação impede a consumação do crime;
- d) a realização do tipo exige constatação, caso a caso, de perigo real;
- e) a conduta está relacionada com o resultado previsto no tipo.

09. Considere as seguintes proposições:

I - o condenado a pena de detenção pode vir a cumpri-la em regime fechado nas hipóteses legais de regressão previstas na Lei de Execução Penal;

II - o condenado que está cumprindo pena privativa de liberdade perde o direito à remição do período trabalhado ao cometer falta grave, não se cogitando de eventual direito adquirido ao tempo remido;

III - admite-se, em tese, a aplicação do decreto de indulto coletivo quando a condenação, embora pendente de recurso da defesa, não pode ser exasperada ante a falta de recurso da acusação;

IV - ao dispor que as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União, o artigo 86 da LEP não criou para o condenado um direito subjetivo, pois tal benefício pode ser recusado pela administração judiciária sempre que houver risco de cumprimento inadequado da pena;

- a) apenas a proposição II está incorreta;
- b) apenas a proposição III está correta;
- c) somente as proposições III e IV estão incorretas;
- d) somente as proposições I e III estão incorretas;
- e) todas as proposições estão corretas.

10. O consentimento do ofendido:

- a) é irrelevante para o nosso direito penal;
- b) extingue a culpabilidade nos delitos em que o tipo requer expressamente o não-consentimento (p. ex.: violação de domicílio - CP, art. 150);
- c) pode funcionar como causa supralegal de exclusão da antijuridicidade quando decorrer de vontade juridicamente válida do titular de um bem disponível (p. ex.: crime de dano - CP, art. 163);

- d) é corolário do princípio da adequação social;
- e) exerce uma única função no Direito Penal: a de se apresentar como elemento essencial do tipo (p. ex.: rapto consensual - CP, art. 220).

PROCESSO PENAL

Nas questões de números 11 a 15, assinale a opção **incorreta**.

À luz do **Código de Processo Penal**, no que concerne à AÇÃO PENAL:

11. PRIVADA:

- a) a renúncia ao direito de queixa só é possível antes do início da ação penal;
- b) a perempção poderá ocorrer mesmo antes de intentada a ação penal privada;
- c) ocorrendo a renúncia por parte do ofendido maior de 18 e menor de 21 anos, o seu representante legal poderá exercer o direito de queixa;
- d) a aceitação do perdão poderá ser processual ou extraprocessual, e, em ambas, de forma expressa ou tácita;
- e) a perempção só é possível na ação penal exclusivamente privada.

12. PÚBLICA CONDICIONADA:

- a) a representação do ofendido não obriga à denúncia pelo Ministério Público;
- b) oferecida a representação, se o Ministério Público, por inércia, deixar de apresentar a denúncia, poderá o ofendido ou o representante legal deste, intentar ação privada subsidiária;
- c) a representação será irretratável somente após o recebimento da denúncia;
- d) a representação é condição específica da ação penal pública;
- e) oferecida a representação, e, uma vez iniciada a ação penal, "o Ministério Público a assume incondicionalmente, a qual passa a ser informada pelo princípio da indisponibilidade do objeto do processo, sendo irrelevante qualquer tentativa de retratação".

13. PÚBLICA INCONDICIONADA:

- a) para o oferecimento da denúncia, não se torna indispensável o inquérito policial;
- b) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 05 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado;
- c) um dos princípios que rege a ação penal pública incondicionada é o da intranscendência, segundo o qual o Ministério Público não pode recusar-se a dar início à ação penal, quando a hipótese preencher os requisitos mínimos exigidos;
- d) o excesso de prazo no oferecimento da denúncia não acarreta nulidade do processo, mesmo estando o acusado preso;
- e) um dos princípios que rege a ação penal incondicionada é o da oficiosidade, segundo o qual os encarregados da persecução penal devem agir de ofício, independentemente de provocação, salvo nas hipóteses previstas em lei, como é o caso da ação pública condicionada à representação ou à requisição do Ministro da Justiça.

14. Diz o CPP, em seu artigo 149, que, havendo dúvida sobre a integridade mental do acusado, será ele submetido a exame médico-legal:

- a) o exame poderá ser ordenado na fase extrajudicial diretamente pela Autoridade Policial;
- b) o juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento;
- c) em sendo o laudo positivo, dando conta ainda, de que o agente ao tempo da ação (ou omissão) era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, a ação penal terá curso normal, com nomeação de curador ao acusado, sendo, ao final, absolvido o acusado;
- d) se se verificar que a doença mental sobreveio à infração, o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, caso em que, havendo co-réu, o processo será desmembrado;
- e) o exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

15. Sobre a **prisão provisória**:

- a) o prazo de prisão temporária (Lei n.º 7.960/89) é de cinco dias, prorrogáveis por igual período, sendo que, para os crimes definidos como hediondos, o prazo passa a ser de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta, em caso de comprovada a extrema necessidade;
- b) é inadmissível a decretação da prisão preventiva, em se tratando de crime culposos;
- c) o assistente da acusação não está legitimado a requerer a prisão preventiva;
- d) diz o CPP (art. 307) que, quando o fato for praticado contra a autoridade, no exercício de suas funções, poderá, ela, presidir o Auto de Prisão em Flagrante. Sendo o APF, assim como o inquérito policial, peça de informação, nada impede a Autoridade Judiciária que presidiu a lavratura do APF de vir, posteriormente, exercer jurisdição na respectiva ação penal;
- e) os membros do Ministério Público somente poderão ser presos em estado de flagrância, quando se tratar de crime inafiançável.

16. Assinale a opção **correta**.

Nos termos da Lei n.º 7.210/84, é considerado estabelecimento penal:

- a) o Centro de Observação;
- b) o Patronato;
- c) o Conselho da Comunidade;
- d) o Conselho Penitenciário;
- e) o Departamento Penitenciário.

17. São direitos do preso em regime fechado, **exceto**:

- a) remição de pena;
- b) saída para visitação à companheira acometida de doença grave;
- c) comutação de pena;
- d) saídas temporárias;
- e) trabalho externo.

18. Assinale a opção **correta**.

Qual o Tribunal competente para conhecer e julgar pedido inserto em "habeas corpus", quando o coator for o Tribunal de Alçada?

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) o Tribunal de Justiça;
- c) o Superior Tribunal de Justiça;
- d) o Tribunal Regional Federal;
- e) o próprio Tribunal de Alçada, em sua composição plena.

19. Assinale a opção **falsa**.

Quanto ao **protesto por novo júri**:

- a) deve ser oferecido no prazo de cinco dias, sem necessidade de razões recursais;
- b) é recurso privativo da defesa;
- c) a elevação da pena para possibilitar o protesto pode decorrer de crime continuado;
- d) a elevação da pena para possibilitar o protesto pode decorrer de concurso formal;
- e) a elevação da pena para possibilitar o protesto pode decorrer de concurso material.

20. Assinale a opção **falsa**.

No que concerne ao julgamento pelo Tribunal do Júri:

- a) o não comparecimento do réu, sem motivo legítimo, e, em se tratando de crime afiançável, não impedirá a realização do julgamento, que se fará à revelia dele;
- b) o julgamento não será adiado pelo não-comparecimento do advogado do assistente, independentemente do motivo por ele alegado;
- c) quando duas ou mais testemunhas divergirem sobre pontos essenciais da causa, permitir-se-á seja realizada a acareação no plenário do júri;
- d) os jurados, querendo, poderão inquirir diretamente as testemunhas arroladas pela acusação;
- e) terminados os debates, o acusador poderá replicar e a defesa treplicar, não se admitindo, contudo, a reinquirição de qualquer testemunha já ouvida em plenário.

DIREITO CIVIL

21. Se um negócio jurídico padece de vício de consentimento ou vício social, pode-se afirmar que uma das situações abaixo estará caracterizada, **exceto**:

- a) o erro substancial é erro de fato por recair sobre circunstâncias de fato, isto é, qualidades essenciais da pessoa ou da coisa;
- b) ocorre simulação relativa subjetiva se a parte contratante não for o indivíduo que tirar proveito do negócio;
- c) o principal efeito da ação pauliana é revogar o negócio lesivo aos interesses dos credores, entregando a estes o bem que fraudulentamente saíra do patrimônio do devedor;
- d) o dolo accidental é o que leva a vítima a realizar o negócio, porém em condições mais onerosas ou menos vantajosas;

e) a coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, pois deve haver um nexo causal entre o meio intimidativo e o ato realizado pela vítima.

22. Pedro, interditado em 1975, teve como Curador, seu irmão Alberto. A interdição foi levantada em 1998. A propósito desta interdição, é **incorreto** afirmar que:

- a) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais, se os bens do incapaz se acharem descritos em instrumento público;
- b) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, será levantada quando o pródigo não mais tiver cônjuge, ascendente ou descendente;
- c) se o cônjuge do interdito foi nomeado seu Curador e se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, estará ele, Curador, dispensado da obrigação de apresentar balanços anuais;
- d) se a interdição foi decretada em razão da prodigalidade, os atos praticados pelo interdito, em 1995, podem ter, agora, sua nulidade postulada pelo Curador;
- e) ao decretar a interdição do surdo-mudo, o Juiz fixará os limites da curatela, segundo o desenvolvimento mental do interdito.

23. Assinale a opção **correta**:

- a) o usufruto de bens imóveis dependerá sempre de inscrição na matrícula respectiva;
- b) o nu-proprietário é o proprietário do bem que, em razão do usufruto, perdeu o jus utendi e o fructu, conservando, porém, o conteúdo do domínio, o jus disponendi;
- c) o exercício do usufruto só pode ser cedido por título oneroso;
- d) o direito real de uso conferido a uma pessoa transfere-se, por morte do usuário, aos seus sucessores, obedecida a ordem de vocação hereditária;
- e) se o direito real de habitação é conferido a três pessoas conjuntamente e se apenas uma delas ocupa o imóvel, deverá pagar aos outros dois um aluguel, fixado na proporção do direito deles.

24. "Purgação da mora é um ato espontâneo do contratante moroso, que visa remediar a situação a que deu causa, evitando os efeitos dela decorrentes, reconduzindo a obrigação à normalidade". A propósito da mora, é **incorreto** afirmar que:

- a) se a mora é do credor, este pode purgá-la, dispondo-se a receber o pagamento, acrescido da importância dos prejuízos que sofreu até o dia da quitação;
- b) se a obrigação é positiva e líquida, contraída a termo certo, a mora decorrerá do simples vencimento do prazo;
- c) se a obrigação é positiva e líquida, contraída sem prazo determinado, a mora só se verificará após decorrido o prazo fixado através de notificação, interpelação ou protesto;
- d) se a obrigação é negativa, o devedor estará em mora desde o dia em que executar o ato a cuja abstenção se obrigara;
- e) se a obrigação foi contraída por devedores solidários, todos eles são responsáveis pelos juros de mora, mesmo que a ação tenha sido proposta apenas contra um deles.

25. Tito, maior, capaz, aposentado, fez, através de testamento público, a distribuição dos bens de seu patrimônio. A propósito deste ato, é **incorreto** afirmar que:

- a) poderá ocorrer jacência da herança na sucessão ab intestato;
- b) se um dos herdeiros instituídos renunciar à herança e se esta renúncia prejudicar seus credores, estes poderão aceitá-la, mediante autorização judicial
- c) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso o testador não deixe descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro ou colateral sucessível;
- d) se à data do óbito do testador não mais existir qualquer herdeiro ou legatário instituído, a herança será considerada jacente, caso haja renúncia manifestada pelas pessoas sucessíveis;
- e) se, aberta a sucessão, um dos herdeiros instituídos falecer antes de declarar que aceita a herança, o direito de aceitação sempre poderá ser exercitado pelos sucessores dele.

26. São atos capazes de gerar a transferência de domínio, quando levados a registro na matrícula do bem, no Registro de Imóveis, **exceto**:

- a) a escritura pública de permuta de imóveis;
- b) a sentença que, em processo de separação judicial, autorizou a mulher a retomar seu nome de solteira;
- c) a escritura pública de compra e venda celebrada sob condição resolutiva;
- d) o contrato de promessa de compra e venda de lote, firmado por instrumento particular, quando haja prova da quitação do preço;
- e) a escritura de desapropriação amigável de bens imóveis.

27. A propósito do reconhecimento dos filhos, é **incorreto** afirmar que:

- a) o filho nascido antes de 180 dias da celebração do casamento goza da presunção de ter por pai o marido de sua mãe, se ele sabia da gravidez, antes das núpcias;
- b) o reconhecimento de filho nascido de duas pessoas desimpedidas para o casamento pode se efetivar por declaração conjunta dos pais;
- c) o reconhecimento de filho nascido fora do casamento pode ser feito após o falecimento dele, desde que tenha deixado descendentes;
- d) presume-se concebido na constância do casamento o filho nascido após 285 dias da dissolução do casamento de seus pais;
- e) a mãe pode fazer inserir o nome do pai da criança no assento de nascimento desta, sendo ou não casada com ele.

28. Uma nota promissória foi emitida por ALCIDES, em favor de Carlos, tendo sido o título endossado, sucessivamente, para Mário e Palmério, recebendo, ainda, a assinatura isolada de Pedro no anverso, sem qualquer declaração. O vencimento do título ocorreu em 12.7.99, uma segunda-feira, tendo sido o mesmo protestado em 14.7.99, atendendo ao que dispõe a alínea terceira do art. 44 da Lei Uniforme de Genebra. Após o protesto, o título foi endossado para Lucas, que é seu atual portador. Lucas pode propor execução do título:

- a) apenas contra Mário e Palmério;
- b) apenas contra Palmério;
- c) apenas contra Mário;
- d) apenas contra Alcides ou Pedro, ou contra ambos;
- e) contra todos os signatários do título.

29. O termo legal da falência, designando a data em que se tenha caracterizado esse estado, é fixado pelo Juiz, ao proferir a sentença declarando a falência. No entanto, o Juiz não poderá retrotraí-lo:

- a) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento, ou do despacho ao requerimento inicial da falência ou da distribuição da concordata preventiva;
- b) por mais de 3 (três) anos, em razão do prazo de prescrição de créditos quirografários, decorrentes de notas promissórias ou letras de câmbio;
- c) por mais de 90 (noventa) dias anteriores à sentença declaratória de falência;
- d) por mais de 90 (noventa) dias anteriores ao da distribuição da concordata preventiva, quando for o caso, ou de 60 (sessenta) dias, se não existir concordata preventiva requerida anteriormente;
- e) por mais de 60 (sessenta) dias, contados do último protesto por falta de pagamento ou de aceite, ou do despacho ao requerimento da falência ou da distribuição da concordata preventiva.

30. Existem várias sociedades comerciais que diferem das sociedades civis em razão do objeto. No entanto, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada difere de todas as outras sociedades em razão de:

- a) poder seu sócio-gerente utilizar-se de firma social;
- b) poder utilizar-se de denominação social;
- c) poder ser sócia dela própria;
- d) poder conferir a seus sócios responsabilidade ilimitada;
- e) não se permitir nela o direito de recesso.

PROCESSO CIVIL

31. O prazo recursal para o réu revel citado pessoalmente:

- a) somente começa a correr a partir da intimação de todos os participantes da relação processual;
- b) somente começa a correr a partir da intimação pessoal do curador à lide;
- c) computar-se-á em dobro;
- d) somente começa a correr do primeiro dia útil do edital de intimação;
- e) correrá independentemente de intimação.

32. Ainda que não resulte de norma expressa, a jurisdição é informada por certos princípios, universalmente aceitos e reconhecidos, que servem para esclarecer e desenvolver o seu conceito. Tendo em mente esses conceitos, é **incorreto** afirmar que:

- a) aquele que, a pretexto de exercer a jurisdição, pratica ato próprio da atividade jurisdicional, sem a observância do princípio da investidura, comete, em tese, o crime de usurpação de função pública;
- b) onde não impera a lei, não há lugar para o exercício da função jurisdicional;
- c) respaldado no princípio do juiz natural, o legislador constitucional não permitiu os chamados juízos e tribunais de exceção, criados para o julgamento de determinadas pessoas ou de crimes de determinada natureza;

- d) o princípio da indeclinabilidade decorre de postulado constitucional, que prescreve: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito";
- e) nem mesmo em casos raros e específicos, a lei institui certas exceções ao princípio da inércia dos órgãos jurisdicionais.

33. O Ministério Público, obrigatoriamente, será ouvido:

- a) em todas as exceções de incompetência;
- b) em todas as ações de divisão;
- c) em todos os conflitos de competência;
- d) em todas as ações usucapionárias de coisa móvel;
- e) em todas as exceções de suspeição.

34. Nos procedimentos cautelares, ressalvada a hipótese de homologação do penhor legal, o requerido será citado para contestar o pedido:

- a) no prazo de cinco (05) dias da juntada aos autos do mandado de execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificção prévia;
- b) no prazo de dez (10) dias da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido;
- c) no prazo de quinze (15) dias da juntada aos autos do mandado de execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificção prévia;
- d) no prazo de três (03) dias da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido;
- e) quarenta e oito (48) horas da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

35. Marque a opção **correta**:

- a) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão;
- b) se o autor apelar da sentença de indeferimento da petição inicial, por inépcia, o despacho que receber o recurso, mandará citar o réu para acompanhá-lo;
- c) a lei não prevê competência diferida ao juiz para reformar sentença de indeferimento de petição inicial, porquanto ao proferir qualquer sentença, não mais pode inovar no processo, somente podendo modificá-la para corrigir erros materiais ou por embargos de declaração;
- d) indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz retratar-se a qualquer tempo, antes que tenha o recurso sido julgado, respeitada a ocorrência da preclusão;
- e) havendo agravo da decisão que indeferiu a petição inicial, pode o juiz retratar-se tão logo o agravante promova a juntada das peças a que alude o art. 526 do CPC, desde que satisfeitos os pressupostos recursais, não precisando esperar pelo pedido de informação do tribunal para fazê-lo.

36. No tocante à denunciação da lide, são corretas as seguintes afirmativas, **exceto**:

- a) a denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;
- b) a sentença, no caso de denunciação da lide, disporá acerca da demanda entre o denunciante e seu adversário e entre o denunciante e o denunciado, implicando nulidade a que se omitir em resolver a questão;
- c) no procedimento sumário, não será admissível ação declaratória incidental, nem a intervenção de terceiros, salvo a denunciação da lide e recurso de terceiro prejudicado;

- d) proposta a denunciação da lide, o processo fica suspenso para que possa ser providenciada a citação do denunciado;
- e) feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, poderá aditar a petição inicial.

37. O Ministério Público, quando não é parte na ação matriz, tem legitimidade para propor ação rescisória:

- a) quando a sentença de mérito, transitada em julgado, é o efeito de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
- b) quando, depois da sentença, o órgão ministerial obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde, no processo original, fazer uso capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
- c) quando a sentença de mérito, transitada em julgado, em processo de que participou como custos legis, violar literal disposição de lei;
- d) quando a sentença de mérito, transitada em julgado, fundar-se em erro de fato decorrente da má apreciação da prova pelo juiz do processo rescindendo;
- e) quando verificar que a sentença de mérito, transitada em julgado, foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

38. A análise dos dispositivos legais, quanto à participação do Ministério Público no processo da ação popular, permite dizer que lhe é vedado, em qualquer hipótese:

- a) promover a execução da sentença quanto ao pagamento de perdas e danos;
- b) ser o próprio autor popular;
- c) promover o prosseguimento da ação, se o autor der motivo à absolvição de instância;
- d) recorrer das decisões proferidas contra o autor popular e suscetíveis de recurso;
- e) assumir a defesa do ato impugnado.

39. No que concerne aos recursos, é **correto** dizer: I - o recurso adesivo será admissível nos agravos de instrumento e nos embargos infringentes; II - o recurso adesivo, assim como o agravo retido, por ficarem subordinados ao recurso principal, estão sujeitos a preparo; III - quando interposta de sentença que decretar a interdição, a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo; IV - cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em ação rescisória; V - será sempre retido o agravo das decisões posteriores à sentença, salvo caso de inadmissão da apelação; VI - a interposição do recurso de agravo pode ocorrer por meio indicado em norma legal provinda do Poder Legislativo estadual.

- a) todas as proposições são verdadeiras;
- b) as proposições I, II e III são verdadeiras;
- c) as proposições III, IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições IV, V e VI são verdadeiras;
- e) apenas as proposições II e V são verdadeiras.

40. É correto afirmar: I - reputa-se litigante de má-fé aquele que deduz pretensão ou defesa contra texto expresso de lei; II - a desistência da ação principal, ou mesmo a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção; III - a falta de documento indispensável à propositura de ação não impede a ocorrência dos efeitos da revelia; IV - a confissão espontânea só pode ser feita pela própria parte, não tendo validade a que for feita por procurador, mesmo que tenha poderes expressos para tal; V - não faz coisa julgada a apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo; VI - é provisória a execução quando houver impugnação mediante recurso recebido só no efeito devolutivo.

- a) são verdadeiras as proposições I, II e VI;
- b) são verdadeiras as proposições I, V e VI;
- c) são verdadeiras as proposições I, II, III e VI;
- d) são verdadeiras as proposições III, IV e V;
- e) são verdadeiras as proposições II, V e VI.

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

41. Assinale a opção correta:

- a) a intervenção federal nos Estados para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;
- b) o decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo máximo de 48 horas, conforme disposto no art. 36, § 1º, da CF;
- c) se o Congresso não estiver funcionando, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de 48 horas, para apreciação do decreto presidencial;
- d) em hipótese alguma poderá haver dispensa da apreciação do ato presidencial de intervenção pelo Congresso Nacional, conforme disposição expressa do art. 36, § 3º, da CF;
- e) independente de qualquer impedimento legal, as autoridades afastadas voltarão aos seus cargos 40 dias após cessados os motivos da intervenção.

42. Assinale a opção incorreta:

- a) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;
- b) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver;
- c) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei;
- d) o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado que opinar pela aprovação das contas do prefeito, somente deixará de prevalecer por decisão da maioria dos membros da Câmara Municipal;

e) será caso de intervenção estadual no Município, quando este deixar de aplicar anualmente pelo menos 25% da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.

43. Nos termos do disposto no artigo 71 da CF, compete ao Tribunal de Contas da União, **exceto**:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- b) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as fundações, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores;
- c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- d) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- e) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

44. Assinale a opção **incorreta**:

- a) a constituição poderá ser emendada mediante proposta de 2/3, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; do Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- b) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; os direitos e garantias individuais;
- c) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional;
- d) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;
- e) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

45. Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público **é vedado** afirmar que:

- a) não é permitido à Administração Pública constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, devendo haver, nestes casos, a propositura da ação própria;
- b) o princípio em cotejo traz consigo a exigibilidade do ato, traduzida na previsão legal da Administração impor sanções ou providências indiretas que induzam o administrado a acatá-lo;
- c) enseja à Administração a chamada auto-executoriedade do ato administrativo;
- d) possibilita à Administração Pública revogar os próprios atos inconvenientes ou inoportunos;
- e) o princípio em apreço não se encontra expresso na Constituição Federal, mas apenas a sua alusão.

46. Em que momento se consuma a desapropriação?

- a) com o trânsito em julgado da sentença que julgar a ação;
- b) com a imissão da posse initio litis quando a desapropriação ocorrer por utilidade pública;
- c) com o recebimento pelo expropriado da quantia ofertada pelo expropriante a título de depósito;
- d) tão logo elaborado o laudo pericial;
- e) com o pagamento da indenização.

47. Sobre a ação civil de responsabilidade do servidor público fundada em danos causados ao erário, pode-se afirmar que:

- a) é imprescritível;
- b) não pode mais ser proposta transcorridos 5 (cinco) anos do cometimento do fato, nos termos do Decreto n.º 20.910/32;
- c) deve ser proposta no prazo de 2 (dois) anos, se o fato for punido com demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, ou destituição de cargo ou função;
- d) prescreve em 180 (cento e oitenta) dias, se o fato que acarretar prejuízo for punido com suspensão ou advertência;
- e) prescreve em 10 (dez) anos se o fato for também capitulado como crime.

48. As sociedades de economia mista, empresas públicas ou outras entidades governamentais exploradoras de atividade econômica estão obrigadas a licitar para execução de contrato?

- a) sim, em qualquer caso;
- b) não, exceto nos casos de execução de contrato que também tenham por objeto serviços singulares;
- c) sempre, desde que haja pluralidade de ofertantes e a pluralidade de objetos;
- d) em todos os casos, independentemente da verificação da exploração ou não de atividade econômica;
- e) dispensável, em alguns casos, quando o procedimento licitatório inviabilize o próprio fim da entidade.

49. Com relação à competência tributária da União, prevista nos artigos 153 e 154 da CF, é **incorreto** afirmar que:

- a) o imposto de renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade;
- b) o IPI será seletivo, em função da essencialidade do produto e não-cumulativo, incidindo sobre os produtos industrializados destinados ao exterior;
- c) o IPTR terá alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas, não incidindo sobre pequenas glebas rurais, exploradas pelo proprietário que não possuir outro imóvel;
- d) o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários;
- e) a União poderá instituir outros impostos desde que não-cumulativos e não tenham fato imponible (hipótese de incidência) e a base imponible próprios dos discriminados na CF.

50. Com relação à competência tributária estadual e municipal e respectiva repartição das receitas tributárias, é **incorreto** afirmar que:

- a) o ICMS será não-cumulativo, podendo ser seletivo, sendo certo que as isenções das operações anteriores não geram direitos a créditos e as isenções das operações posteriores não permitem a manutenção dos créditos anteriores, salvo disposição em contrário;
- b) ao Senado Federal é facultado fixar alíquotas máximas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;
- c) ao Senado Federal é facultado estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por um terço de seus membros;
- d) o imposto predial e territorial urbano poderá ser progressivo de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- e) pertence aos Estados o produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem ou mantiverem.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

51. São incumbências, funções e atribuições do Ministério Público, **exceto**:

- a) zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública efetivamente respeitem os direitos assegurados na Constituição Federal;
- b) exercer a fiscalização de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;
- c) fazer recomendações visando a melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;
- d) fiscalizar os cartórios e secretarias judiciais, instaurando, quando for o caso, processo disciplinar em face dos serventuários faltosos;
- e) promover ação de perfilhação compulsória.

52 . É correto dizer:

(I) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são incumbências exclusivas do Ministério Público;

(II) são órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais: Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça, neste compreendido seu órgão especial denominado Câmara de Procuradores de Justiça; Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público;

(III) pelo exercício irregular de suas funções o membro do Ministério Público responde penal, civil e administrativamente. No campo penal, observada a competência "ratione materiae" e "ratione personae", pode ser denunciado e processado perante o Tribunal competente. Na área cível se o Estado vier a ser responsabilizado por ato seu, deve sofrer ação regressiva fundada na culpa. Em sede administrativa pode responder processo disciplinar cuja pena máxima, observada a infração praticada e o "due process of law", pode ser a exoneração no caso de membro ainda não vitalício;

(IV) face ao princípio da independência funcional o Promotor de Justiça, enquanto órgão de execução, não é subordinado a nenhum outro órgão de execução ou da Administração Superior do Ministério Público;

(V) ao Promotor de Justiça, a exemplo do que ocorre com o Procurador-Geral da República a nível federal e com o Procurador-Geral de Justiça a nível estadual, compete, a nível municipal, propor Ação Direta de Inconstitucionalidade de Leis ou Atos Normativos municipais.

- a) exceto o enunciado IV, os demais são corretos;
- b) os enunciados II e V são corretos;
- c) os enunciados I e III são corretos;
- d) nenhum dos enunciados é inteiramente correto;
- e) os enunciados II, III e IV são corretos.

53. Assinale a opção correta:

- a) compromissando-se o indiciado, no bojo do Inquérito Civil, a qualquer espécie de obrigação, torna-se indispensável oferecer-lhe a possibilidade do contraditório e da ampla defesa, sob pena de nulidade;
- b) o arquivamento do Inquérito Civil, homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, extingue o interesse de agir quanto ao fato nele investigado, impossibilitando assim o aforamento de Ação Civil Pública;
- c) o Compromisso de Ajustamento de Conduta pode ser firmado por todos os órgãos, instituições e associações legitimadas para a Ação Civil Pública;
- d) o Conselho Superior do Ministério Público atua como órgão de execução ao rever a promoção de arquivamento do Inquérito Civil;
- e) no Compromisso de Ajustamento de Conduta, cuja finalidade precípua é a composição amigável, as partes podem transigir irrestritamente em seus respectivos interesses ou direitos.

54. Marque a opção incorreta:

- a) o objeto imediato da Ação Civil Pública é a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- b) em caso de desistência infundada ou abandono da Ação Civil Pública pela associação autora o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa;
- c) na Ação Civil Pública poderão atuar conjuntamente, em litisconsórcio ativo, o Ministério Público da União e dos Estados;
- d) a Ação Civil Pública compreende duas espécies de tutela preventiva: a ação cautelar cujo pedido pode ser deferido "inaudita altera pars" e bem assim os pleitos liminares na ação principal. Em ambas exige-se os pressupostos do "fumus boni juris" e do "periculum in mora";
- e) tutelando a Ação Civil Pública interesses indisponíveis, não pode o Ministério Público, seja como órgão agente seja como fiscal da lei, postular ao final a improcedência do pedido.

55. É incorreto afirmar:

(I) são recursos do meio ambiente natural: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

(II) a responsabilização por dano ambiental exige a comprovação pericial da ação ou omissão potencialmente danosa, do nexo causal e do efetivo dano. Logo, somente se admite na espécie a responsabilidade subjetiva, fundada na culpa do agente;

(III) sendo a defesa do meio ambiente função institucional do Ministério Público, para bem exercê-la pode ele atuar tanto na esfera administrativa quanto judicial;

(IV) degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente;

(V) poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

- a) os enunciados III e V são incorretos;
- b) somente o enunciado II é incorreto;
- c) nenhum dos enunciados é incorreto;
- d) todos os enunciados são incorretos sob certos aspectos;
- e) os enunciados I e IV são incorretos.

56. A Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, prevê as seguintes espécies de atos de improbidade administrativa:

(I) atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;

(II) atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;

(III) atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;

(IV) atos de improbidade administrativa que atentam contra o decoro parlamentar;

(V) atos de improbidade administrativa que atentam contra a dignidade da Justiça.

- a) todos os atos enunciados estão previstos na referida lei;
- b) nenhum dos atos enunciados está previsto na referida lei;
- c) os atos dos enunciados III, IV e V estão previstos na referida lei;
- d) os atos dos enunciados I, II e III estão previstos na referida lei;
- e) os atos dos enunciados IV e V estão previstos na referida lei.

57. Não é correto afirmar:

- a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;
- b) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial;
- c) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista;
- d) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;

e) os serviços públicos, face ao princípio da prevalência do interesse público sobre o particular, não estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, sendo a prestação dos mesmos regulada por normas específicas de Direito Administrativo.

58. É correto dizer que são atribuições legais do órgão de execução do Ministério Público perante o Juiz Eleitoral:

(I) representar contra os partidos políticos cujos programas ou estatutos adotam ideologias contrárias ao regime político e econômico vigente no país, objetivando o ajustamento dos mesmos ou o cancelamento dos respectivos registros;

(II) fiscalizar o cumprimento da lei eleitoral em todas as fases do processo eleitoral, tomando as providências necessárias em caso de transgressão;

(III) prestar orientações escritas ou verbais aos partidos políticos, coligações, candidatos, imprensa e órgãos de pesquisa de opinião pública, objetivando a correta compreensão da lei eleitoral e o seu fiel cumprimento;

(IV) promover a ação penal eleitoral ou representar ao Procurador Regional Eleitoral para fazê-lo quando a competência for do TRE;

(V) ajuizar ação de impugnação de mandato eletivo ou interpor recurso contra diplomação, quando for o caso.

- a) todos os enunciados são corretos;
- b) os enunciados I, III e IV são corretos;
- c) somente os enunciados I e III são corretos;
- d) os enunciados II, IV e V são corretos;
- e) nenhum dos enunciados é inteiramente correto.

59. Dentre outros são direitos e garantias da Criança e do Adolescente, exceto:

- a) ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta;
- b) ensino fundamental gratuito fornecido pelo Estado;
- c) ir e vir livremente, sem restrição alguma da lei ou da autoridade;
- d) participar da vida política, na forma da lei;
- e) acesso à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

60. Tendo em vista as legislações pertinentes, é incorreto afirmar:

(I) sendo a pessoa portadora de deficiência civilmente capaz, o Ministério Público somente oficiará em ação individual proposta por ela ou contra ela se estiver em discussão problema relacionado com a deficiência;

(II) são direitos difusos ou coletivos dos portadores de deficiência: educação especial, adequado tratamento à saúde e reabilitação, formação profissional, trabalho, meio de transporte e funcionalidade das edificações e vias públicas de modo a possibilitar o direito de ir e vir;

(III) o pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho exclui a responsabilidade do empregador;

(IV) compete à Justiça Federal processar e julgar as ações relativas a acidentes do trabalho propostas em face da Previdência Social;

(V) o descumprimento das normas de segurança do trabalho, sem prejuízo de eventualmente resultar nos delitos tipificados nos arts. 121, § 3º e 129, § 6º, ambos do CP, por si só caracteriza contravenção penal.

- a) as afirmações III e IV são incorretas;
- b) as afirmações I e II são incorretas;
- c) somente a afirmação V é incorreta;
- d) todas as afirmações são incorretas;
- e) nenhuma afirmação é incorreta.

GABARITO

01.C	02.B	03.A	04.D	05.E	06.D	07.X	08.B	09.E	10.C
11.B	12.C	13.C	14.A	15.D	16.A	17.D	18.C	19.E	20.E
21.C	22.D	23.B	24.A	25.E	26.B	27.E	28.D	29.A	30.C
31.E	32.E	33.C	34.A	35.A	36.C	37.A	38.E	39.D	40.B
41.A	42.D	43.E	44.A	45.A	46.E	47.A	48.E	49.B	50.C
51.D	52.E	53.D	54.E	55.B	56.D	57.E	58.D	59.C	60.A

X – Questão anulada.

Prova Escrita (2º Fase)

DIREITO ADMINISTRATIVO

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: quatro pontos)

O Condenado "X" cumprindo pena por homicídio qualificado em determinada penitenciária estadual, no curso de uma rebelião provocada pelos detentos consegue evadir-se. Após o fato, foi apurado através de sindicância administrativa que o detento conseguiu deixar o interior da penitenciária utilizando a porta da frente do estabelecimento penal.

No curso da fuga o condenado "X" vem a assassinar o motorista "Y", no intento de subtrair-lhe o veículo, e assim assegurar maior possibilidade de fuga. Fato o qual efetivamente vem a ocorrer.

Tempos após "Z", filho menor impúbere da vítima, ingressa com uma ação de reparação de danos morais e patrimoniais em face do Estado de Minas Gerais, alegando, em síntese, que vivia sob a dependência econômica do pai, razão pela qual pretende ser indenizado material e moralmente.

Dê o parecer, analisando a questão sob o enfoque dos seguintes itens:

- 1º) Qual o tipo de responsabilidade em tese aplicável à espécie, justificando;
- 2º) Qual a teoria aplicável ao caso em apreço;
- 3º) Quais os elementos ou requisitos da responsabilidade do Estado na questão.

O relatório é dispensável e o candidato não pode assinar o parecer ou identificá-lo de qualquer outra forma, sob pena de anulação da prova.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que vem a ser retrocessão do Direito Administrativo e seu fundamento legal?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que vem a ser afetação e desafetação dos bens públicos?

QUARTA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Qual a idéia traduzida pelo princípio da eficiência e seu fundamento legal?

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS. (máximo: 50 linhas)

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Discorra sobre a ação declaratória de constitucionalidade. Aponte as principais diferenças e semelhanças com a ação direta de inconstitucionalidade.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Conceitue os fenômenos da recepção, repristinação e desconstitucionalização. Exemplifique. Quando são aceitos no direito brasileiro?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Com relação à revisão constitucional, qual a diferença entre a competência reformadora, via Emenda à Constituição, e a reforma, via revisão? Aponte quais os limites da revisão constitucional. "A participação da administração pública no pacto contratual compromete a res pública, devendo, portanto, sua conduta pautar-se pelos imperativos constitucionais e legais, bem como pela mais absoluta e cristalina transparência".

Explique e justifique a aplicação do disposto no art. 37, caput da Constituição Federal ao processo licitatório. (máximo: 20 linhas)

PROVA DE DIREITO CIVIL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

A obrigação alimentícia entre ascendentes e descendentes. Características e natureza jurídica.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Aberta a sucessão de Paulino Cançado, verificou-se que ele deixara três filhos do primeiro casamento, dois do segundo e um que, recentemente reconhecido, nascera quando o pai ainda era solteiro. Paulino vivia com sua segunda esposa, Fernanda, sob o mesmo teto, mantendo, entretanto, relacionamento extraconjugal com Márcia, há cerca de dez anos. O patrimônio registrado em nome de Paulino era valioso e a ele se habilitaram os herdeiros, Fernanda e Márcia. Há possibilidade de se atribuir parcela do patrimônio do falecido a todos os habilitantes? Justificativa e suporte legal.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Empregado de determinada associação civil, agindo com negligência, causou dano ao usuário que contratara os serviços de seu empregador. Na liquidação desse dano, como se opera a responsabilização da associação e do empregado? Justificativa e suporte legal.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

João sofreu coação para a prática de determinado negócio jurídico. Quer invalidá-lo. Em que circunstâncias isto seria possível e quais as medidas cabíveis para justificar a providência indicada?

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

Disserte sobre os institutos da "preclusão" (conceito e classificação) e da "coisa julgada" (conceito, modalidades, fundamentos e limites).

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: quatro pontos)

A sentença, uma vez proferida, torna-se inalterável pelo juiz de primeiro grau. Essa regra, entretanto, comporta exceções. Identifique-as.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que se entende por tutela antecipatória e tutela cautelar.

TERCEIRA QUESTÃO:(valor: dois pontos)

A parte dispositiva da sentença ou do acórdão pode ser alterada através de embargos de declaração? Justifique.

PROVA DE DIREITO PENAL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Quais são e em que consistem as funções atribuídas ao tipo penal pela generalidade da doutrina?

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

A Ciência penal moderna vem se preocupando cada vez mais com a denominada "responsabilidade penal das pessoas jurídicas", tendo estabelecido séria controvérsia sobre a natureza jurídica de tais entidades e sobre a conseqüente possibilidade de responsabilizá-las no âmbito penal. Os estudiosos, normalmente, dividem-se em duas teorias opostas: a "teoria da ficção" e a "teoria da realidade". Pergunta-se: o que sustentam tais teorias e qual a posição adotada pelo Código Penal brasileiro?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Durante uma viagem de ônibus o passageiro Pedro notou quando João, seu vizinho de poltrona, guardou certa quantidade de dinheiro em uma bolsa de mão que estava acondicionada no bagageiro interno do veículo. Já pela madrugada, no momento em que todos os passageiros dormiam, João foi até o banheiro. Pedro então aproveitou-se da situação e, sem que João percebesse, trancou a porta do banheiro por fora para, em seguida, abrir tranqüilamente a bolsa de João e de lá subtrair para si o dinheiro guardado. Consumada a subtração, Pedro "gentilmente" foi em socorro de João, que já aflito por não conseguir sair da cabine do banheiro o agradeceu penhoradamente pela intervenção.

Responda, justificadamente, qual foi o crime praticado por Pedro e se o mesmo, pelo modo de execução empregado, pode em tese vir a ser beneficiado pela substituição da pena privativa de liberdade prevista no artigo 44 do Código Penal.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

De forma sucinta e objetiva (máximo em 2 laudas), disserte sobre:

"Das Condições da Ação Penal".

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Ubalino, condenado a uma pena de 09 (nove) anos de reclusão, após cumprir 1/3 desta, obteve livramento condicional. Após 2 (dois) anos de período de prova, mais precisamente em fevereiro de 1.998, Ubalino veio a cometer um "estupro". Durante a tramitação desse último processo, que perdurou por 1 (um) ano, Ubalino esteve em liberdade, vindo a angariar uma condenação de 06 (seis) anos de reclusão, sendo, agora, declarado reincidente e possuidor de maus antecedentes. Ainda, de acordo com a sentença, foi determinado que a pena fosse cumprida integralmente no regime fechado.

Pergunta-se:

Ubalino poderá ser beneficiado novamente com um outro livramento condicional? Em caso positivo, explicar, de forma detalhada, qual o tempo de cumprimento de pena necessário para a obtenção do benefício.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que se entende por decisão interlocutória mista não terminativa? Justificar a resposta, e, após, citar um exemplo.

TERCEIRA QUESTÃO: (Valor: dois pontos)

Pode o Tribunal de Justiça, acolhendo, totalmente, pedido de revisão criminal de decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri, absolver, desde logo, o requerente? Justificar a resposta..